



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como se pode evitar que a “Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.” se transforme num “poço sem fundo” cuja exploração depende da injeção contínua de capital por parte do Governo?

O relatório de auditoria de resultados sobre a “Gestão da Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.”, divulgado recentemente pelo Comissariado de Auditoria (CA), aponta para a falta de uma análise abrangente, profunda e prudente, na tomada de decisões sobre a gestão da “Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A.” (MID), situação que não corresponde àquilo que deve ser a gestão de uma empresa, o que pode, provavelmente, causar a perda de enormes quantias de dinheiro do erário público. Segundo o mesmo relatório, a MID e as entidades responsáveis pela supervisão devem fazer uma revisão geral da forma de actuação, procurando fazer com que os recursos públicos sejam utilizados de forma mais eficiente e transparente; há que dar a devida atenção à formação da equipa e a questões fundamentais, tais como determinar quais os resultados e os benefícios gerais que se esperam do investimento e, ao mesmo tempo fortalecer a gestão interna.

Desde a constituição da MID em 2011 até 2019, o Governo já injectou mais de 9200 milhões de patacas, mas a sua operação tem vindo a sofrer prejuízos, e este ano vai investir mais de 1120 milhões de patacas em dotações orçamentais e, no próximo ano, prevê-se a injeção de mais de 130 milhões de patacas. Devido ao facto de o Governo não ter fixado um limite máximo para a injeção de capital na MID,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

receia-se que esta se transforme num “poço sem fundo”, que depende sempre do financiamento do Governo; e, mais ainda, a falta de objectivos e de indicadores de avaliação sobre os benefícios das operações e a sua rendibilidade, etc. também não favorece a fiscalização por parte da sociedade. Actualmente, a MID emprega mais de 400 trabalhadores, mas todos os anos tem de pagar elevadas despesas de gestão e de consultoria, etc., por isso, o Governo tem de avaliar se estas práticas são razoáveis, bem como avaliar o profissionalismo do pessoal recrutado e do seu representante destacado, etc.

As empresas de capitais públicos implicam avultados montantes do erário público, no entanto, há falta de normas legais específicas, e de um regime rigoroso de fiscalização ou de exigências para a revelação da situação financeira. Assim sendo, o público não tem meios para saber se essas empresas, com investimentos avultados do erário público, conseguem, ou não, atingir os objectivos previstos e os benefícios económicos e sociais definidos, o que leva facilmente as pessoas a duvidar da existência de irregularidades ou de situações de abuso no uso do erário público. Ao mesmo tempo, também é difícil garantir que a contratação de pessoal, as aquisições, o investimento de capital, etc. estejam em conformidade com os princípios da gestão financeira prudente, da igualdade, da justiça, da transparência, etc., logo, o interesse público não pode ser adequadamente protegido.

Face ao exposto, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. O Governo fixou critérios ou limites máximos para a injeção de capital na MID? Vai pedir à MID, e às suas filiais ou subfiliais, que definam indicadores quantitativos de benefícios a curto, médio e longo prazo, para servirem de objectivos operacionais



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

da MID e facilitar a fiscalização por parte da sociedade?

2. Em Abril do corrente ano, numa reunião da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas da Assembleia Legislativa, os representantes do Governo afirmaram que, tendo em conta o impacto da epidemia na economia mundial, o Governo da RAEM teve de ajustar a sua concepção inicial de investimento, reavaliando o risco e a situação do mercado, pelo que não vai haver lugar a uma nova injeção de capital na MID no corrente ano. Quanto à possibilidade de injeção de capital nos anos seguintes, os mesmos afirmaram que o Governo só vai tomar uma decisão depois de rever o rumo e a estratégia de desenvolvimento. Todavia, posteriormente, o Governo voltou a propor a injeção de mais de 130 milhões de patacas na MID em 2021. Afinal, quais são as estratégias de desenvolvimento e os novos planos para melhorar os benefícios da MID? Como é que se pode evitar que a MID se transforme num “poço sem fundo” cuja exploração depende da injeção contínua de avultado capital por parte do Governo?

3. A MID emprega mais de 400 trabalhadores, mas todos os anos tem de pagar elevadas despesas de gestão e de consultoria, etc. O Governo vai rever a razoabilidade dessa forma de actuação? Quais são os critérios do Governo para a contratação de pessoal e o destacamento de representantes das empresas de capitais públicos? Como é que vai avaliar o profissionalismo do respectivo pessoal?

14 de Dezembro de 2020

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I